UM TIRANO NA ACADEMIA

Das promessas de "diálogo" à obediência a Alckmin e ao compadrio com a PM

Equipe da *Revista Adusp*

Ao declarar-se candidato a reitor em fins de 2013, o então pró-reitor de Pesquisa, M.A. Zago, prometeu à comunidade "diálogo", procurando encarnar a antítese de J.G. Rodas, cuja gestão na Reitoria combinava intolerância, viés policialesco na relação com os movimentos universitários e gosto por obras faraônicas. Mas uma vez vitorioso e empossado, no início de 2014, o novo reitor passou a impor suas decisões sem negociar com as categorias. Quando contestado, chama a PM. Ao aproximar-se o fim do mandato, M.A. Zago exacerba seu comportamento tirânico e deixa como legado a crescente destruição do patrimônio físico e intelectual da USP

Aceituno Jr./Jornal da Cidade de Bauru

Geraldo Alckmin (cumprimentando o prefeito de Bauru) e M.A. Zago no lançamento do curso de Medicina da FOB, criado em 15 dias

Já tivemos oportunidade de registrar, em publicações anteriores, que cada nova gestão reitoral da USP parece ainda pior que a anterior, e é. Quaisquer que sejam os quesitos — visão de mundo, projeto de universidade, relação com a comunidade universitária, estatura intelectual — nos deparamos com reitores cada vez mais selecionados conforme o padrão vigente. Representantes da mediocridade neoliberal, avessos à gestão democrática do ensino superior, porta-vozes da oligarquia, ventríloquos de interesses mercantis. E apequenados frente ao governo estadual, de quem se tornam caudatários.

Ao anunciar sua candidatura à Reitoria em fins de 2013, o então pró-reitor de Pesquisa, Marco Antonio Zago, procurou encarnar a antítese do reitor J.G. Rodas, cuja gestão se caracterizava pela intolerância, viés policialesco e truculento no tratamento das divergências com os movimentos universitários, além do gosto por obras faraônicas. Talvez por sugestão de seus próximos, o pró-reitor imaginou, com razão, que o melhor caminho para uma campanha vitoriosa de reitor seria capitalizar o profundo sentimento de rejeição despertado por J.G. Rodas — ainda que, contraditoriamente, o próprio M.A. Zago fosse um dos expoentes da gestão.

Docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, até então ele só exercera cargos para os quais, como um burocrata de carreira, fora nomeado com uma simples canetada, sem precisar ser votado: presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT, 1997-98), presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2007-2010), pró-reitor de Pesquisa (2010-2013). No entanto, uma vez candidato a reitor, M.A. Zago espalhou aos quatro ventos ser fervoroso adepto do diálogo como ferramenta para superar os problemas então vividos pela USP.

Em apresentação realizada no Instituto Oceanográfico em outubro de 2013, pouco antes da eleição, ele foi enfático ao afastar a hipótese de recurso à violência policial: "Se a PM [Polícia Militar] não cumpre bem a sua função fora da universidade, também não cumprirá dentro. O problema maior é o uso de forças violentas para conter manifestações. Uma universidade que não tem discordância é um mosteiro. Queremos discordância, mas sem violência. Temos que admitir que força policial não serve para mediar isso. É preciso diálogo" (*Informativo Adusp* 371).

Em novembro, ao responder a perguntas encaminhadas pela Adusp a todas as chapas, a dupla M.A. Zago-V. Agopyan voltou ao tema da interlocução civilizada: "O principal ponto de superposição entre o Programa de Gestão de nossa chapa e o Programa Mínimo da Adusp é o reconhecimento da necessidade de repactuar a universidade com base na recuperação da capacidade de diálogo entre seus diferentes componentes: estudantes, servidores e professores", escreveram na ocasião os futuros reitor e vice (*Informativo Adusp* 373).

Favorecida pelo formato elitista da eleição reitoral, que desestimula candidaturas oriundas dos setores progressistas da universidade, a chapa M.A. Zago-V. Agopyan beneficiou-se ainda do fato de que as três chapas restantes não possuiam apelo eleitoral expressivo: uma delas liderada pelo vice-reitor dissidente Hélio Nogueira da Cruz; outra claramente de continuidade da gestão anterior; uma terceira que não conseguiu sequer chegar ao fim do pleito. Graças à maior eficiência nos acordos eleitorais e troca de favores que caracterizam o opaco processo eleitoral indireto da USP, bem como, presumivelmente, às promessas de "diálogo", a chapa liderada por M.A. Zago conquistou ampla maioria no colégio eleitoral, arrebatando votos até mesmo entre o reduzido grupo de eleitores à esquerda. Recebeu 1.206 votos, quase o triplo dos 498 votos da segunda colocada.

Mesmo assim, essa eleição fechada envolveu só 1.826 pessoas ou meros 1,57% do total de mais de 116.500 membros da comunidade universitária, composta por estudantes da Graduação e Pós-Graduação, funcionários e docentes! E o processo só se encerrou quando o governador Geraldo Alckmin (PSDB) chancelou a escolha da chapa mais votada, nomeando reitor e vice-reitor. Quatro anos antes, o então governador José Serra, do mesmo partido, optara por escolher o segundo colocado da lista tríplice: J.G. Rodas.

Reitoria duas questões de grande importância, ambas herdadas do conturbado final da gestão J.G. Rodas: a continuação da reforma do Estatuto da USP e a crise ambiental e institucional na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), conhecida como "USP Leste".

O processo de reforma do Estatuto foi retomado pelo Conselho Universitário (Co) na reunião de 25 de março, que aprovou um conjunto de propostas destinadas a pautar o debate sobre a estrutura de poder e a concepção das atividades-fim da USP, entre as quais a criação da Comissão Assessora Especial (Caeco), "encarregada de coordenar o processo de discussão com as unidades, órgãos, museus, Institutos especializados, bem como com as entidades representativas e pelo encaminhamento das deliberações".

A oportunidade parecia promissora, como registrou a Adusp: "Fruto de anos de luta e pressão política do

O processo de reforma do Estatuto acabou sendo atropelado pelo reitor M.A. Zago, com respaldo do Conselho Universitário (Co). Ele não hesitou em esmagar a própria Comissão Assessora (Caeco), "tratorando" as propostas da Adusp

Tão logo a chapa vencedora tomou posse, no início de 2014, constatou-se que, ao contrário do que prometera, a nova gestão procurava empurrar suas decisões "goela abaixo", sem consulta ou negociação com a comunidade. Isso ficou evidente no modo como foram conduzidas pela

corpo da universidade contra o autoritarismo, a centralização das decisões, a falta de transparência nas contas e deliberações e o culto ao segredo que tem balizado as atitudes das administrações universitárias, temos hoje uma janela de oportunidade para promover avanços significativos no que se refe-

re à democratização no exercício de poder, no acesso e na humanização das relações sociais na USP" (vide *http://bit.ly/2ujfneA*). Ao mesmo tempo, após lembrar que para que "esta possibilidade torne-se concreta e efetiva é central que as entidades representativas das três categorias universitárias construam ações políticas conjuntas e unitárias", a Adusp advertia: "E que ninguém se engane: se deixarmos este processo na mão do Co da USP, um colegiado ilegítimo, subserviente ao poder central da universidade e controlado por interesses privatistas (fundações 'de apoio', entre outros), um futuro Estatuto pode acabar sendo pior do que o atual, imposto durante a Ditadura Militar".

O processo acabou sendo atropelado por M.A. Zago, com o inestimável respaldo da maioria do Co. O reitor não hesitou em desautorizar a própria Caeco. Aos poucos, ele passou a revelar seu caráter autoritário, altamente centralizador, exaltando-se e desqualificando os conselheiros do Co que mantiveram sua dignidade ou se mostraram independentes, em especial as mulheres das bancadas estudantil e de funcionários. Momento merecedor de atenção, nesse percurso deletério, foi a reunião do Co realizada em 7 de abril, que teve como pontos de pauta "Carreiras e regimes de trabalho", "Autonomia e organização das unidades ou órgãos" e "Formas de deliberação das alterações estatutárias". A Adusp apresentou suas propostas, destacando a necessidade da Estatuinte, em vista das distorções na composição do Co e, sobretudo, dos conflitos de interesse que o atravessam.

No início da reunião, o reitor pediu que cada um dos temas pautados fosse discutido separadamente e chegou a interromper alguns oradores e pedir-lhes que não fugissem dos temas em questão. Ele irritou-se com o teor de diversas intervenções, seja porque criticavam o relatório do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD, do qual falaremos mais adiante), seja porque se recusavam a seguir o roteiro unilateralmente determinado pela mesa. Quando apenas se iniciava a discussão do segundo ponto de pauta, o reitor "subitamente encerrou os trabalhos, como resposta a um protesto de alguns representantes discentes, e declarou que na próxima sessão do colegiado, em 14/4, se partirá diretamente para a votação" (*http://bit.ly/2u9xsv2*). Mas a reunião seguinte do Co, extraordinária, seria ainda mais conturbada pela atuação destemperada do reitor, incapaz de lidar com protestos e de negociar com a oposição.

A página digital da Adusp assim registrou a reunião de 14 de abril de 2014: "Realizada num dos auditórios do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), a reunião de 14/4 do Conselho Universitário (Co) transcorreu por cerca de hora e meia, antes que ocorresse a ocupação do local por funcionários e estudantes e, imediatamente, a interrupção dos trabalhos por determinação do reitor M.A. Zago, que se retirou apressadamente, sob protestos dos manifestantes".

Visita do reitor à Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), então interditada: desinterdição a qualquer preço

"O reitor interpelou diretamente o professor Machado ... também destituiu a palavra do professor Carlos Martins, presidente da Caeco ... declarou que a partir daquele momento todas as informações partiriam dele, reitor"

Daniel Garcia

Uma das assembleias da greve de 2014: a Reitoria foi derrotada mas conseguiu dar continuidade ao desmanche da USP

"No entender do professor Benedito Honório Machado, representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) no Co, mais uma vez a condução autoritária da reunião, bem como as muitas intervenções que se seguiram às suas considerações iniciais acerca de como proceder à análise das minutas de resolução em pauta (sobre qual órgão deveria proceder à reforma do Estatuto: se Estatuinte, Assembleia ou o próprio Co), desfizeram qualquer dúvida quanto às reais intenções da Reitoria e dos seus apoiadores naquele colegiado". No início da reunião, Machado defendeu que o processo de discussão deveria ser organizado preliminarmente em torno de duas possibilidades: 1) *a reforma ser conduzida pelo próprio Co* ou 2) *por um outro órgão*.

Se vencedora a primeira possibilidade, estariam em debate duas propostas: a minuta da Secretaria Geral (SG) que previa que o Co deliberasse as reformas do Estatuto por maioria absoluta (50% mais um) dos votos de seus membros; e a manutenção da regra vigente para qualquer mudança no próprio Estatuto: quórum qualificado de 2/3 dos membros.

Se a opção fosse a segunda possibilidade, isto é: a reforma do Estatuto ser conduzida por outro órgão que não o Co, estariam em debate as propostas 1) da *Assembleia Universitária* ("colegião") e 2) da *Assembleia Estatuinte*. Em qualquer dos casos deveria ser garantido espaço para avaliação e eventuais mudanças das demais condições já formatadas pela SG: número de participantes, proporções entre as categorias, critérios para posterior plebiscito ou referendo etc.

"Para o professor Machado", prossegue a página digital da Adusp, "o que se viu na sequência foi uma clara movimentação na busca de circunscrever o debate às propostas fechadas pela Reitoria, em especial em torno da proposta formatada pela SG de que seja o atual Co que decida, *mas com quórum reduzido para 50% dos votos*, facilitando às posições conservadoras, atualmente dominantes em razão das distorções na composição do conselho, darem o tom à 'reforma', fazendo aprovar tudo que fosse de seu interesse".

Na sequência, descreve-se um comportamento perturbador, tirânico: "De modo contundente, o reitor interpelou diretamente o professor Machado quanto às posições externadas por este docente expressarem

ou não o entendimento da congregação da FMRP". "Ademais, negou novamente o pleito dos estudantes para que uma comissão de representantes de movimentos negros que lutam por cotas tivesse acesso à reunião". "M.A. Zago também destituiu a palavra do professor Carlos Martins, presidente da Caeco, abruptamente interrompido por ele no momento em que apresentava explicações sobre o processo em curso. Declarou que a partir daquele momento todas as informações partiriam dele, reitor, e avocou para si a condução da reunião".

O reitor aproveitou-se do fato de que o Co foi ocupado para anunciar, sem consultar ninguém, que o processo de reforma do Estatuto só seria retomado em 2016. Depois, em razão das pesadas críticas da Adusp, recuou. Apesar desses preocupantes incidentes, a Adusp persistiu e apresentou ao Co, na reunião de 3 de junho de 2014, um conjunto estruturado de propostas de democratização e correção de rumos da USP — tendo como norte o projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada e o tripé "ensino, pesquisa e extensão" — as quais foram surpreendentemente bem recebidas por vários integrantes desse colegiado. Nessa ocasião, em que foram debatidos os temas "Missão, responsabilidade social e princípios da Universidade", "Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão Universitária" e "Gestão, Transparência e Responsabilidade Fiscal", Sintusp e DCE também puderam manifestar-se, e o fizeram, como registrou o *Informativo Adusp* 383 (*http://bit.ly/2tjtiMS*).

Porém, o Co só voltou a tratar da reforma em 11 de novembro de 2014, quando foram examinados os tópicos "Ética na Universidade", "Eleição de dirigentes", e "Natureza, atribuições e composição dos colegiados". Desta vez, porém, segundo o *Informativo Adusp* 393, o conservadorismo deu o tom da reunião: "Ficou evidente que o objetivo da oligarquia que controla a USP é uma reforma pontual, levada a cabo pelo próprio Co, e portanto muito distante da Estatuinte 'soberana, exclusiva, democrática e paritária', reivindicada pela Adusp e pelo movimento universitário. Em intervenções contundentes, alguns conselheiros defenderam a 'meritocracia' e rejeitaram a argumentação — da Adusp, do representante dos doutores, das representações discente e de funcionários técnico-administrativos — de que falta legitimidade ao Co para conduzir o processo de mudanças do Estatuto". O presidente da Adusp registrou que alguns das propostas apresentadas pela entidade não foram incluídas na sistematização da Caeco (*http://bit.ly/2wivalA*). Daí para a frente, a reforma do Estatuto, propriamente dita, desapareceria como preocupação institucional (mesmo que formal), e o reitor trataria de alterar exclusivamente aqueles pontos da sua mais estrita conveniência.

Quando a nova gestão assumiu, a Justiça acabara de decretar a interdição do *campus* da EACH, a pedido da Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público (MPE-SP). Para cuidar do passivo ambiental dessa unidade e da reparação do gravíssimo crime ambiental praticado por seu diretor J.J. Boueri (que autorizou o despejo ali, em 2010 e 2011, de 109 mil m^3 de terras contaminadas), bem como da transferência temporária de cerca de 5 mil alunos e quase 500 docentes e funcionários para outros locais onde seriam ministradas as aulas, M.A. Zago convocou um obscuro e fiel burocrata, o professor Osvaldo Shigueru Nakao, responsável pela Superintendência do Espaço Físico (SEF). Irônico, insensível, Nakao rapidamente entrou em choque com a comunidade da EACH. Depois que foi divulgado um vídeo de conversa entre ele e alunas, na qual ele negou a contaminação da área e acusou os docentes de quererem "melar o governador", a Congregação da unidade protocolou carta na Reitoria, em 5 de maio, solicitando ao reitor a "urgente" substituição de Nakao e a "imediata designação de novo interlocutor para a condução desse processo junto às instâncias ambientais da EACH" **(vide p.94)**.

No entanto, M.A. Zago preferiu

Depois das desrespeitosas afirmações de Osvaldo Nakao sobre os docentes da EACH, a Congregação pediu ao reitor a "urgente" substituição de Nakao e "imediata designação de novo interlocutor para a condução desse processo". No entanto, M.A. Zago preferiu ignorar o pedido da EACH

ignorar o pedido da Congregação, mantendo Nakao como "gestor da crise" da EACH. A SEF descartou a opinião dos membros da Comissão Ambiental da unidade, criada por portaria reitoral na gestão anterior, com a atribuição expressa de participar das decisões relacionadas aos problemas ambientais daquele *campus*. Como a Reitoria sempre se negou a assumir a dimensão do problema ambiental e a se preparar seja para a previsível decisão da justiça, seja para promover a descontaminação da área, no decorrer do primeiro semestre de 2014 as aulas e turmas da EACH foram espalhadas por 16 locais diferentes (alguns deles precários), dispersão geográfica que causou inconvenientes a docentes e alunos. Ao mesmo tempo, a nova gestão apostou na liberação do *campus*: recorreu contra a interdição e obteve o despacho de um desembargador do Tribunal de Justiça que, sem ouvir ninguém, derrubou a medida decretada em primeira instância.

O autoritarismo demonstrado pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan, desde cedo, na condução do *imbroglio* da EACH e da reforma do Estatuto foi um prenúncio do que estaria por vir na campanha salarial das universidades públicas estaduais, iniciada em maio. No Conselho de Reitores (Cruesp), foi o reitor da USP quem apresentou e bancou a proposta de "reajuste zero", como meses depois admitiria o reitor da Unicamp, Tadeu Jorge. O modo como foi construído o discurso de sustentação dessa proposta de "reajuste zero", dentro da USP e na sociedade, tornar-se-ia o comportamento padrão da gestão para o restante do mandato. Meias verdades, inverdades inteiras, sonegação de dados dariam a tônica da narrativa de "crise financeira" forjada pela Reitoria, com apoio integral da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) do Conselho Universitário, cujos membros, à exceção do representante discente da Pós-Graduação, são todos nomeados pelo reitor.

Em defesa do "arrocho" salarial, M.A. Zago alegava que o Plano de Carreira do funcionalismo adotado pelo reitor anterior, bem como as contratações que este fizera, foram irresponsáveis e incharam a folha de pagamentos. "Ele não só aumentou os salários bem acima da inflação, como contratou 2.400 servidores", diria sobre seu antecessor J.G. Rodas, em junho, em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Dizia que, em razão de tais gastos, a USP vira-se forçada a desembolsar mais de 100% da receita com salários. Embora isso fosse verdade, pois grande parte das contratações da gestão anterior teve de fato motivações casuísticas para obter apoios de diretores de diferentes unidades, o reitor minimizava seu próprio papel e o de V. Agopyan como pró-reitores de J.G. Rodas e portanto importantes colaboradores da Reitoria.

Da mesma forma, omitia o fato notável de que a enorme expansão da USP e de suas congêneres, ocorrida especialmente a partir de 2005, deixara de contar com a necessária contrapartida do governo estadual. Desde 1995, o repasse do Tesouro estadual estacionara em 9,57% da Quota-Parte Estadual (QPE) do ICMS, mesmo assim sujeito a todo tipo de maquiagem contábil. O discurso da "crise financeira" escamoteava, portanto, a crise de financiamento das universidades estaduais paulistas. Prestava-se, ainda, aos planos de M.A. Zago de esvaziar o Cruesp, bem como à estratégia do governador de driblar, e se possível reduzir ainda mais, os repasses vinculados às universidades estaduais e à Fapesp.

Os números da própria Reitoria deixaram claro que havia condição para um reajuste de docentes e funcionários bem diferente do zero encampado pelo Cruesp. Além disso, apesar de fazer alarde quanto ao desperdício protagonizado pela gestão anterior ao contratar diversas obras tão dispendiosas quanto duvidosas, o reitor M.A. Zago deu sinal verde ao pagamento das empreiteiras, comprometendo com essa rubrica mais de R$ 400 milhões somente no primeiro semestre da gestão. A manipulação das cifras tornava-se patente na medida em que a COP negava-se a abrir os dados referentes a despesas, limitando-se a fornecer os números agregados (ou seja, grandes números), sem especificar melhor a natureza dos gastos da universidade. Ao mesmo tempo, a Reitoria negou-se peremptoriamente a auditar os procedimentos e os montantes gastos na gestão J.G. Rodas, que queimou R$ 2 bilhões das reservas financeiras da USP (embora, a princípio, o reitor tivesse anunciado a contratação de uma empresa de auditoria com essa finalidade). Em suma, faltava transparência.

Funcionários e docentes da USP, Unesp e Unicamp viram-se compelidos à greve, como forma de garantir o direito à reposição da inflação do período. Tornou-se a greve mais longa da história das universidades

públicas estaduais, que conquistou, em setembro de 2014, 5% de reajuste salarial destinado a repor a perda causada pela inflação do período, além de um abono para compensar o atraso, uma vez que o reajuste deveria ter ocorrido em maio. "Consideramos que a greve foi sim vitoriosa, menos pelo reajuste, que se deveu mais às surpresas das decisões do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2), do que pela tarefa política que cumpriu ao fazer cair de vez a máscara que ocultava as limitações pessoais do reitor e o caráter oligárquico e tirânico da gestão, ao contrário do que muitos entendiam que ela seria", comenta o professor Ciro Correia, que presidia a Adusp naquele momento.

Esse desfecho representou uma derrota para a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que sofreu um revés até mesmo na tentativa de punir os funcionários com o corte dos dias parados: o TRT-2 mandou a Reitoria pagar esses valores em 48 horas, a Reitoria impetrou um recurso especial no Supremo Tribunal Federal (STF), que o rejeitou preliminarmente, e por fim teve de acatar a ordem do TRT-2.

Em junho, quando se encontrava em pleno curso a greve de funcionários e docentes, o reitor concedeu marcantes entrevistas a veículos hiperconservadores: a já citada ao jornal *O Estado de S. Paulo* e outra à revista *Veja*. Nelas, não só procura defender o "reajuste zero", como fornece pistas dos seus planos para a universidade, tanto no tocante à questão do financiamento quanto a de outros temas estruturais, como a carreira docente.

Ao *Estadão*, depois de admitir que "a ideia da estabilidade para os docentes está presente em todas as universidades do mundo", pois "o professor precisa ter autonomia e independência de pensamento", declarou sua aversão ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) — precisamente o regime de trabalho que é o divisor de águas entre o ensino superior público (ao permitir pesquisa, docência e extensão com qualidade) e o ensino superior privado: "Mas também podemos rever critérios da dedicação exclusiva do professor", tascou, emendando uma metáfora mal posta: "Isso é uma jabuticaba brasileira [*sic*]: por que tantos docentes em regime de dedicação exclusiva na universidade?"

"Jabuticaba"? Algo está muito errado quando o próprio reitor da USP ignora que a dedicação exclusiva (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa ou RDIDP) é a espinha dorsal da grandeza acadêmica das instituições públicas de ensino superior, em especial da USP, Unesp e Unicamp

Proclamar a *brasilidade* da jabuticaba, redundância que mata a própria razão de ser da figura de linguagem empregada, é crime menor perto do ataque desfechado por M.A. Zago ao RDIDP. Algo está muito errado quando o próprio reitor da USP desconhece que a dedicação exclusiva é a espinha dorsal da grandeza acadêmica das instituições públicas de ensino superior, e particularmente da USP, Unesp e Unicamp. Ao contrário do que ocorre com o "professor horista" nas instituições privadas, nas universidades públicas o professor em dedicação exclusiva (RDE nas federais, RDIDP nas estaduais paulistas) pode, como indicado pela designação desse regime de trabalho, engajar-se inteiramente nas atividades de docência, pesquisa e extensão numa única instituição, sem precisar, para garantir sua sobrevivência, fragmentar sua jornada em diferentes locais de trabalho.

Nas declarações que concedeu à revista *Veja*, ele foi ainda mais longe, demonstrando a um só tempo ignorância, prepotência, desrespeito à Constituição: "Seria muito melhor se houvesse um orçamento anual definido e a prerrogativa de contratar ou demitir de acordo com o desempenho. Porém, o foco na qualidade e na meritocracia é algo estranho à administração do ensino superior no Brasil. A estabilidade precoce de professores e funcionários paralisa as coisas. Isso não existe em nenhum outro lugar do mundo". O que M.A. Zago chamou, pejorativamente, de "estabilidade precoce" são os três anos de regime probatório do servidor público fixados pela Constituição. Ao avocar a prerrogativa patronal de "contratar ou demitir de acordo com

o desempenho", depreciando o direito à estabilidade, o reitor da USP sinalizava sua intenção de triturar a carreira docente, afastando-se de qualquer perspectiva real de gestão democrática do ensino, preconizada tanto na Constituição como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Ao longo da gestão, ele tomará diferentes iniciativas com o objetivo de submeter o corpo docente a novos controles e instituir medidas punitivas, tanto pela via dos processos institucionais de avaliação ("Nova CPA") como pela via do ajuste fiscal ("Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP"), ambas admitindo a possibilidade de demissão de docentes, por "desempenho insatisfatório" no primeiro caso e por transgressão à Lei de Responsabilidade Fiscal no segundo. Tal lógica empresarial, tacanha, retrógrada de enxergar a vida universitária é compatível com sua visão do financiamento da USP. Na citada entrevista ao *Estadão*, ele sinalizou que não pretendia lutar por uma ampliação do repasse: "O modelo é este e não há melhor. Não existe país no mundo que faz o que São Paulo faz: aplicar 12% de sua arrecadação em ensino superior, pesquisa e desenvolvimento tecnológico". A conta que apresenta, somando os repasses do Tesouro Estadual às universidades estaduais, ao Centro Tecnológico Paula Souza (Ceeteps) e à Fapesp, é obviamente falsa. A Fapesp recebe 1% da arrecadação de impostos, mas os 9,57% da QPE-ICMS não correspondem a 9,57% da arrecadação de impostos do Estado, e nem o orçamento do Ceeteps, deixado à míngua pelo governo Alckmin, seria capaz de completar os supostos "12%".

A estratégia de descolar-se da gestão da qual foi destacado protagonista não se limitou à campanha para reitor. Alegou e ainda alega que, ao tomar posse do cargo de reitor, desconhecia a situação financeira da universidade. "Claro, há quem diga que eu deveria saber como estavam as contas, pois fui da gestão anterior. Mas não só eu, como os outros pró-reitores e mesmo o vice-reitor não sabíamos", declarou a *Veja*. É fato, porém, que a Pró-Reitoria de Pesquisa liberou importante volume de verbas para a disseminação de Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPs), outro fator relevante para sua eleição. Como M.A. Zago não faz o tipo ingênuo, sua versão soa inverossímil.

Como o relatório final da comissão *ad hoc* criada pelo próprio M.A. Zago rejeitou enfaticamente a proposta de desvinculação do Hospital Universitário (HU), e o governo estadual rechaçou a ideia de assumir sua gestão, o reitor recorreu à tática do sucateamento

As derrotas pontuais que sofreu em 2014 não foram suficientes para reverter o processo de desmonte planejado pelo reitor. Em 26 de agosto de 2014, conseguiu que o Co aprovasse as primeiras medidas contra os hospitais da USP e o início da redução do corpo de funcionários, dando início a uma longa série de atrocidades administrativas, demonstrações de autoritarismo e de má-fé no trato da coisa pública. Nessa reunião do Co foi aprovada, de maneira ilegal porque sem o necessário quórum qualificado de dois terços, a desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), transformado subitamente em "entidade associada à USP", aberração jurídica que foi a solução encontrada pela Reitoria para livrar-se desse órgão da universidade. Nessa mesma ocasião o reitor pretendia desvincular também o Hospital Universitário (HU), mas deparou-se com forte resistência e teve de criar uma comissão incumbida de estudar a situação do hospital. Conseguiu aprovar, ainda, o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), dando início a um processo de desligamento em massa de funcionários (**vide p.87**). Cabe destacar que essas medidas foram anunciadas apenas 15 dias antes de serem levadas a voto no Co. Nos três anos seguintes do mandato a gestão M.A. Zago-V. Agopyan daria continuidade à sua obra de destruição da USP.

Como o relatório final da comissão *ad hoc* criada pelo próprio reitor rejeitou enfaticamente a proposta de desvinculação do HU, ressaltando sua importância para a universidade, e o governo estadual rechaçou, igualmente, a ideia de vir a assumir a gestão do hospital, M.A. Zago — obcecado pela avaliação simplista de

Daniel Garcia

Ato em defesa do Sintusp (2016), com a presença de Eduardo Suplicy (PT) e Carlos Giannazi (PSOL), antes da construção da grade que cercou a Reitoria

que o HU "consome 12% das receitas da USP" — recorreu a outras táticas. O corte do pagamento dos plantões médicos, bem como a saída de 200 funcionários e 18 médicos que aderiram ao PIDV, representaram um duríssimo golpe no funcionamento do hospital. Dezenas de leitos e setores inteiros foram desativados, com impacto negativo tanto para a formação de alunos de diversos cursos da área da Saúde como para a população atendida pelo HU.

O fundamento retórico da agressão ao HU e ao HRAC é o discurso falacioso de que a universidade precisa abrir mão das "atividades-meio" para concentrar-se somente nas "atividades-fim". O corte de matrículas em todas as creches mantidas pela USP, em 2015, foi explicado como necessário em decorrência do desligamento de funcionários dessas unidades inscritos no PIDV, como se a Reitoria não tivesse a obrigação de oferecer matrículas e de repor funcionários desligados "voluntariamente". No início de 2017, o fechamento da Creche Oeste foi justificado com a cantilena do "caráter descartável" das "atividades-meio". Tudo isso como se creches, hospitais e museus da USP não fossem reconhecidos centros de pesquisa, além de importantes instrumentos de extensão (**vide p.62, 71 e 79**).

Vimos, acima, que deve-se à gestão M.A. Zago-V. Agopyan o fracasso da proposta de reforma do Estatuto da USP, iniciada na gestão J.G. Rodas com mudanças cosméticas no processo eleitoral de reitor e diretores de unidade. Ao desembaraçar-se do fardo da reforma do Estatuto, com suas implicações democratizantes, o reitor pôde dedicar-se ao que realmente lhe interessava: a implantação de medidas que permitissem domesticar e controlar o corpo docente e quebrar a "dinâmica sindical".

Até chegar onde queria, M.A. Zago encetou, irresponsavelmente, diversos experimentos institucionais. Desde o início da gestão houve uma retomada do viés policialesco da CERT, surgido nos anos 1990, quando essa comissão extrapolou de muito suas atribuições, passando a recomendar o rebaixamento de regime de docentes que incorressem em suposto desempenho insatisfatório. Não satisfeita com o recrudescimento da sanha persecutória da

CERT, a Reitoria criou, já em 2014, o GT-AD, incumbido de formatar uma nova carreira, à revelia e concorrendo com o trabalho desenvolvido pela Caeco.

À desastrosa trajetória do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), o reitor reagiu criando um novo grupo, a "Comissão dos Sete", formalmente encarregada de propor uma ampla reforma do Estatuto. Mas a missão da "Comissão dos Sete" era "repaginar" as propostas do GT-AD

O relatório final do GT-AD, que não apresentava qualquer diagnóstico mas propunha avaliações quinquenais de todo o corpo docente, ingresso de docentes na carreira sempre em Regime de Turno Parcial (RTP) e nunca em RDIDP, possibilidade de demissão de docentes com desempenho considerado insatisfatório etc. foi totalmente rechaçado em diversas congregações, a começar pela maior das unidades, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Concorreu para o fiasco do GT-AD a postura arrogante, cínica do seu presidente, Ricardo Terra, outro quadro de confiança do reitor incapaz de conviver com a divergência.

À desastrosa trajetória do GT-AD, M.A. Zago reagiu criando um novo grupo, a "Comissão dos Sete", a quem atribuiu não menos que a "incumbência de analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP" (*Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 5/9/15, Poder Executivo, Seção I, p. 65). Aos fracassados de aventuras anteriores — Ricardo Ribeiro Terra, ex-presidente do GT-AD, e Carlos Ferreira Martins, ex-presidente da Caeco — juntou outros nomes da sua absoluta confiança: o pró-reitor Carlos Gilberto Carlotti Júnior (presidente), a superintendente jurídica Maria Paula Dallari Bucci, Adalberto Américo Fischmann (FEA), José Rogério Cruz e Tucci (FD), Victor Wünch Filho (FSP). Depois de algum tempo constatou-se que a verdadeira missão da "Comissão dos Sete" (à qual, sem alarde, juntar-se-ia posteriormente um oitavo membro: Alexandre Nolasco de Carvalho, do ICMC) era "repaginar" as propostas do GT-AD, de modo a criar novas regras e uma nova estrutura de avaliação do corpo docente: uma reformatada Comissão Permanente de Avaliação ("Nova CPA") e o "Estatuto do Docente".

Quando surgiram, em 3 de maio de 2016, as propostas de "Nova CPA" e "Estatuto do Docente" vieram acompanhadas de prazo exíguo para discussão nas unidades e deliberação no Co, de modo a dificultar a resistência. Não bastasse, a Reitoria ainda procurou intimidar as congregações, tentando evitar que se repetisse o vexame do GT-AD. O chefe de gabinete, Thiago Liporaci, assim advertiu os diretores: "Com vistas ao aprimoramento das propostas, aguarda-se que as Unidades e órgãos encaminhem sugestões de alterações e/ou correções por intermédio do endereço eletrônico *novacpa@usp.br*, até o dia 23 de maio. Deve-se destacar que, por tratar-se de matérias cuja competência para aprovação é do Conselho Universitário, descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados das Unidades e órgãos". *Quanta cura!*

Ainda assim, foram muitos os colegiados que, após debate, repudiaram integralmente o novo projeto da Reitoria ou apontaram diversas inconsistências nele, levando o reitor a rever os planos iniciais, dilatar os prazos e introduzir algumas modificações no primário texto original, que continha até erros de português. No entanto, a segunda versão da "Nova CPA" esteve longe de contemplar as principais críticas do movimento docente, e M.A. Zago percebeu que não tinha os votos suficientes para aprovar o projeto, que exigia maioria de dois terços por implicar reforma do Estatuto, uma vez que previa a supressão da CERT. Ele resolveu o problema desistindo dessa supressão. Desse modo, o Co aprovou a proposta por maioria simples. Essa nova estrutura, avalizada por um Co subserviente, destina-se a derrotar o pensamento crítico e a liberdade intelectual do corpo docente da USP, buscando subjugá-lo e colocá-lo a serviço de outro projeto de universidade, vinculado antes ao "mercado" e ao capital do que ao desenvolvimento social (**vide p.100**).

Um balanço completo dessa gestão não pode prescindir de apontar o congelamento dos concursos de docentes e a contratação precarizada de profes-

Daniel Garcia

Museu Paulista fechado até 2022

Conhecido como "Museu do Ipiranga", o Museu Paulista está fechado desde 2013 para restauração, porém as obras só começaram em 2017. A reabertura está prevista para 2022, totalizando quase uma década fechado ao público (exceto por visitas monitoradas de pequenos grupos). Seu acervo reúne aproximadamente 450 mil itens, datados do século XVII em diante. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a restauração deverá custar R$ 100 milhões, quase cinco vezes o valor originalmente previsto de R$ 21 milhões.

sores doutores por cerca de R$ 1.800; o desmantelamento da Guarda Universitária e a demissão da superintendente de Prevenção e Proteção, professora Ana Lúcia Pastore Schritzmayer, quando ela tentava implantar um autêntico policiamento comunitário na universidade (ao invés do enganoso sistema "Koban" da PM); os escandalosos casos de conflito de interesses na Fundação USP (FUSP) e na Escola Politécnica, este envolvendo a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), ambos sem qualquer punição, bem como o incentivo à "indústria" de cursos pagos, cuja receita anual já alcançava, em 2014, R$ 89 milhões, segundo dados da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão; o fechamento, por quase uma década, a pretexto da necessidade de reformas, do Museu Paulista (Museu do Ipiranga). Contudo, nos limitaremos a citar os dois fatos mais graves ocorridos em 2016 e 2017.

A denúncia anônima recebida pela Adusp, em setembro de 2016, de que a Reitoria estaria em tratativas sigilosas com a consultoria internacional McKinsey&Company e com a "organização social" Comunitas para reformular totalmente a gestão financeira da USP revelou-se fundamentada no essencial, apanhando de surpresa o reitor e sua *entourage*. Aos poucos, em meio às falácias do reitor, foi-se conhecendo a verdade sobre este projeto, denominado "USP do Futuro". Os acordos com a McKinsey e a Comunitas foram costurados à revelia do próprio Conselho Universitário. A COP deu seu aval à "doação" dos serviços da McKinsey quando este acordo já es-

tava assinado pela Reitoria. A McKinsey começou a atuar no projeto em segredo, meses antes da formalização dos acordos. Embora o reitor tenha alardeado que o pagamento dos serviços seria bancado por "empresários de sucesso, ex-alunos da USP", dois dos seis magnatas que financiam o projeto nunca estudaram na universidade.

Muita coisa ainda não se sabe, pois a Reitoria recusa-se a liberar toda a documentação, e a ação judicial ajuizada pela Adusp com o propósito de que a Lei de Acesso à Informação seja cumprida nesse caso ainda não surtiu efeitos. Mas ficou claro que há coincidências demais entre as propostas já anunciadas da McKinsey e as medidas que o reitor vem tomando, tanto na questão da avaliação do corpo docente como no tocante ao "ajuste fiscal". A McKinsey tornou-se conhecida por seu receituário tipicamente neoliberal, constituído por recomendações ao poder público de privatização, terceirização, enxugamento de custos e similares. Não seria de espantar que fosse de sua autoria o documento "Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP", surgido do nada em plena véspera de Carnaval para ser votado em duas semanas.

Inspirados na Lei de Responsabilidade Fiscal adotada no governo de Fernando Henrique Cardoso, os "Parâmetros de Sustentabilidade" impõem um teto para despesas com pessoal de 85% da receita, que, uma vez ultrapassado, estará autorizada a demissão de servidores concursados (docentes e não docentes). A Reitoria alega que a folha consome atualmente 105% das receitas. Por outro lado, os "Parâmetros" prevêem uma proporção de 40 docentes para 60 funcionários, a qual para ser alcançada nas condições atuais exigirá a demissão de 5 mil funcionários não docentes.

Diana Assunção

Força Tática da PM e fuzil-metralhadora em defesa da grade na ECA

Para que seu draconiano pacote fiscal fosse aprovado na reunião de 7 de março de 2017 do Co, M.A. Zago, que prometera jamais apelar à PM, não hesitou em convocar um pelotão de choque. Alunos, funcionários e professores foram agredidos e feridos pela PM a golpes de cassetete, bombas e balas de borracha

Para que este draconiano pacote fiscal fosse aprovado na reunião de 7 de março de 2017 do Co, M.A. Zago, aquele que quando candidato prometera jamais apelar à PM, não hesitou em convocar um pelotão de choque para reforçar sua guarda pretoriana de rotina, formada por supostos policiais militares "comunitários". Estudantes, funcionários e professores foram agredidos e feridos pela PM a golpes de cassetete, bombas e balas de borracha. No térreo da Reitoria, uma sala foi improvisada como cárcere de manifestantes algemados, enquanto alguns andares acima o reitor e seus áulicos tocavam a votação dos "Parâmetros",

Fernandão/SindCT

Acima: repúdio à construção da grade da ECA (janeiro de 2016). Abaixo: alunos protestam em defesa da Prainha e contra a grade (agosto de 2017)

Daniel Garcia

saindo vitoriosos, embora com alguma dificuldade (**vide p.87 e 108**). No dia 11 de abril a votação do projeto foi completada com a aprovação de vários destaques que não modificaram essencialmente o texto original.

Os acordos com McKinsey e Comunitas, impulsionados pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB); a participação do reitor na RedEmprendia, organização ligada ao Banco Santander; a tolerância, para não dizer benevolência, frente aos conflitos de interesses existentes no Co e nas unidades; por fim, as recentes declarações de M.A. Zago ao Co em defesa de maior aproximação com o empresariado. Todos esses são sinais de que será intensificada a promiscuidade entre público e privado na USP, a serviço do "mercado". As medidas de ajuste fiscal, em especial os "Parâmetros", convergem com esse rumo enviesado, porque jogam nas costas da força de trabalho os custos do desfinanciamento, ao mesmo tempo em que desresponsabilizam o governo estadual e abrem canais para aquilo que o setor de acadêmicos pró-mercado já está chamando de "captação periférica de recursos".

Seguirá havendo resistência, no entanto. Exemplo disso é que o reitor nunca se deparou com tanta oposição dentro do Co. Sua vocação para a tirania, que frequentemente transborda para a grosseria no trato com seus oponentes — incluída uma chocante misoginia — vem recebendo o devido contraponto de diferentes conselheiros e conselheiras. Por outro lado, aventuras irresponsáveis como a criação, em julho deste ano, de um curso de Medicina na Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) após tramitação galopante (15 dias!), apenas para livrar-se do HRAC e satisfazer apetites eleitorais do PSDB, chocam a comunidade universitária por sua desfaçatez **(vide p.30)**.

Descaminhos da gestão

Atual reitor tomou posse em 25 de janeiro de 2014 e deixa

Desmonte e precarização

maio
USP propõe zero de reajuste salarial para funcionários e docentes

setembro
Governo estadual rejeita incorporar HU e HRAC; Aprovado no CO o 1º PIDV

agosto
Estadão e Reitori PRCEU a e descor

2014 — 2015

janeiro
Reitoria fecha a Crech e corta 141 vagas nas Creches da USP

agosto
Reitor anuncia desvinculação do HU e HRAC; CO aprova desvinculação do segundo

Resistê

Avaliação docente

2014

abril
Reitor cria Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD)

junho
Reitor declara que docentes são "acomodados"

2015

Congelados os concursos de docentes, precariza-se a contratação de doutores

junho
Gabinete do reitor encaminha "Propostas Iniciais" do GT-AD

setembro
Diário Oficial publica criação da "Comissão dos Sete" pelo reitor, com poderes para propor reforma do Estatuto da USP

2016

março
Reitor anuncia proposta de "Nova CPA"

novembro
CO aprova "Nova CPA" e "Estatuto do Docente"

Repressão

maio
Reitoria corta ponto dos funcionários em greve e desconta dias parados

2014 — 2016

junho
Tropa de Cho invade Crusp

o Zago

rá o cargo ao final de 2017

revela ilícitos na FUSP
a abafa o caso;
dia seminário sobre direitos
vida Adusp e Sintusp

abril
Codage (órgão da Reitoria) ameaça despejar o Sintusp da sua sede

julho
CO aprova PIDV 2, proposto pelo reitor

março
Aprovação dos "Parâmetros de Sustentabilidade" pelo CO

2016

ne do HU
demais

fevereiro
Reitoria retira tapumes que cercavam área contaminada na EACH

junho
Denúncia contra FDTE e Escola Politécnica; Reitoria se cala

dezembro
Iniciada construção da grade em torno da Reitoria, ao custo de R$ 651 mil

2017

janeiro
Reitoria fecha a Creche Oeste

maio
Funcionários e docentes entram em greve contra 0% de reajuste salarial

ncia

2014

2015

setembro
TRT manda pagar salário cortado em 48 horas; Greve é vitoriosa

julho
Comissão *ad hoc* criada pelo próprio reitor recomenda que o HU permaneça vinculado à USP

2016

janeiro
Grade passa a cercar sedes do Sintusp e CALC e "Prainha" da ECA

abril
PM agride estudantes no campus e prende um deles na ECA

maio
Categorias entram em greve contra desmonte da USP e reajuste de 3%

2017

que da PM
e agride alunos

março
A pedido do reitor, PM ataca brutalmente manifestantes em ato unitário. Prédio da Reitoria vira cárcere improvisado de funcionários e estudantes

junho
PM prende funcionário da USP por "desacato"

setembro
Denunciada contratação clandestina da McKinsey pela Reitoria

outubro
Como em 2014, TRT manda pagar salários cortados de servidores em greve

2017

fevereiro
MPT defende Sintusp. A contragosto, Reitoria cede outro local no campus para sede do sindicato

abril
Justiça suspende reintegração de posse da Creche Oeste

INFOGRAFIA: Marcelo Grava. Fotos: Daniel Garcia